

Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Centro de Ciências Sociais  
Programa de Estudo de América Latina e Caribe

**Bolsista:** Talita da Silva Cordeiro Rios

**Linha de Pesquisa:** Projeto Mercosul: os desafios para construção de um projeto histórico

**Período de Coleta:** 01 de agosto de 2020 até 30 de agosto de 2020

Data da notícia: **01/08/2020**

Título: **Demagogia in Natura**

Fonte pesquisada: Termômetro da Política

Link da notícia: <https://www.termometrodapolitica.com.br/2020/07/31/demagogia-in-natura/>

Nessa última semana, tivemos uma inundação de postagens, matérias e debates sobre a campanha publicitária do Dia dos Pais da Natura, que utilizou dentre outros personagens o modelo Tammy Miranda, para representar a figura do pai. A campanha sofreu ataques preconceituosos do Pastor Silas Malafaia, que acusou a marca de usar uma mulher para fazer o papel do pai, o que seria um desrespeito à instituição familiar.

[...]

Combater preconceitos é uma questão humanitária. Não se pode aceitar que pessoas sejam agredidas em decorrência da moral religiosa ou de qualquer ideologia que permita tratar a questão de gênero como alvo de ataques, muitas vezes de forma violenta. Contudo, a situação envolvendo a Natura é parte de uma ação de marketing, com objetivo mercadológico claro e sem qualquer engajamento real com a questão social. À empresa interessa tão somente os ganhos que possam lhe render na forma de vendas ou especulação na Bolsa de Valores.

Nessa hora, quem se arvora de esquerda não pode abstrair a perspectiva classista e transformar uma ação de mercado em manifestação de enfrentamento ao preconceito. A mesma Natura que usa a transsexualidade em uma peça publicitária, explora o trabalho de comunidades extrativistas para obtenção de seus produtos, em péssimas condições de trabalho, aliadas à geração de impacto ambiental.

Não bastasse isso, a mesma empresa tem em seu histórico o sistema de venda direta, no qual mais de 1,2 milhão de “Consultoras de Beleza” ou Revendedoras Natura, formam uma grande rede de informalidade, trabalhando em regime de metas, sem

qualquer vínculo empregatício, direitos trabalhistas e previdenciários. Se os debates sobre a precarização do trabalho tomaram volume nos últimos meses em decorrência da evidente uberização e exploração dos entregadores, a Natura já promove prática análoga, sob o manto do empreendedorismo e de maneira silenciosa há décadas.

[...]

Para os que defendem e entendem que a perspectiva classista é necessária, perceberão que a matriz que alimenta os preconceitos é a mesma da desigualdade. Sendo assim, não será com demagogia de mercado que promoveremos avanços humanitários capazes de reduzir práticas como as de Malafaia. Quanto à Natura, espero que melhore sua relação com os trabalhadores e prove suas boas intenções, começando por aquilo que lhe cabe. Afinal, já diz o ditado: de boas intenções o inferno está cheio, sejam as do Malafaia ou as da Natura.

Data da notícia: **03/08/2020**

Título: **Toffoli suspende relaxamento de medidas de combate ao coronavírus em Cuiabá**

Fonte pesquisada: Migalhas

Link da notícia: <https://www.migalhas.com.br/quentes/331511/toffoli-suspende-relaxamento-de-medidas-de-combate-ao-coronavirus-em-cuiaba>

O ministro Dias Toffoli, presidente do STF), deferiu liminar para suspender os efeitos de decisão judicial que havia relaxado as medidas de prevenção e contenção do novo coronavírus em Cuiabá/MT, determinando o aumento da circulação de ônibus e proibindo o governo local de restringir os horários de funcionamento das atividades consideradas essenciais. A decisão foi tomada na Rcl 41.935.

A decisão suspensa foi proferida pelo juízo da 1ª vara Especializada da Fazenda Pública de Várzea Grande, município vizinho de Cuiabá, em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual. Segundo o MPE, diante do aumento do número de casos e óbitos confirmados, as medidas de biossegurança deveriam ser tomadas em conjunto pelos municípios vizinhos, sob pena de se tornarem ineficazes contra a proliferação do vírus. Na tutela de urgência, o juízo de primeiro grau determinou que os dois municípios apliquem as medidas previstas no decreto estadual 522/20.

[...]

O presidente do STF salientou que a decisão questionada não apresenta fundamentação que justifique a prevalência de uma norma sobre outra, além de não indicar porque os critérios técnicos adotados pelo estado estariam em posição de

maior evidência científica do que os utilizados pelo município para regular o funcionamento das atividades essenciais.

A liminar foi deferida com base no artigo 13, inciso VIII, do Regimento Interno do STF, que autoriza o presidente a decidir questões urgentes nos períodos de recesso ou de férias. O relator da reclamação é o ministro Gilmar Mendes.

Data da notícia: **03/08/2020**

Título: **Editorial - Casta de privilegiados de um sistema putrefato**

Fonte pesquisada: A Nova Democracia

Link da notícia: <https://anovademocracia.com.br/noticias/14045-editorial-casta-de-privilegiados-de-um-sistema-putrefato>

Há coisas em nossa terra que a tornam menos digna do título de Nação, no estrito sentido do termo, ainda mais que sua conformação enquanto tal segue incompleta e pendente. A mais marcante delas, claro, é o latifúndio e todo seu “moderno” e atual regime de servidão combinado com formas assalariadas de capitalismo burocrático, assim como a dominação estrangeira que nele se apoia. Outra, umbilicalmente ligada a estes, é a casta da alta oficialidade das Forças Armadas e a inescrupulosa missão que tem e o tanto que recebe para tal.

A relação entre ambos parece arbitrária, à primeira vista, porém têm fundamentalmente a mesma base. Primeiro, porque o Exército brasileiro iniciou sua vida e chegou à sua velhice, por assim dizer, massacrando todas as tentativas das massas de libertar o país das amarras do latifúndio e da dominação semicolonial. Começou pela Confederação do Equador, em 1824, e seguiu: Cabanada (1832-35), Revolta dos Malês (1835), Sabinada (1837-38), Balaiada (1838), Cabanagem (1835-40), Farroupilha (1835-45) etc., levantes em sua maioria de caráter antimonárquico e anticolonial, republicano-democrático e nacional, para ficar apenas na primeira metade daquele século. Com a República, que reivindicam por fundadores, aprofundaram o genocídio dos pobres e a repressão sangrenta às lutas por direitos e às aspirações democráticas mais legítimas. Canudos, Contestado, o Tenentismo, o Levante Popular de 35, Porecatu, Guerrilha do Araguaia e sucessivos golpes de Estado (1945, 1954, 1964 e o atual, em curso, desatado após as revoltas populares de 2013/14).

Data da notícia: **05/08/2020**

Título: **STF suspende cortes no Bolsa Família no nordeste durante pandemia**

Fonte pesquisada: Migalhas

Link da notícia: [https://www.migalhas.com.br/quentes/331681/stf-suspende-cortes-no-bolsa-familia-no-nordeste-durante-pandemia?U=6249FAFF\\_8FB&utm\\_source=informativo&utm\\_medium=1231&utm\\_campaign=1231](https://www.migalhas.com.br/quentes/331681/stf-suspende-cortes-no-bolsa-familia-no-nordeste-durante-pandemia?U=6249FAFF_8FB&utm_source=informativo&utm_medium=1231&utm_campaign=1231)

Na tarde desta quarta-feira, 5, o plenário do STF manteve proibição de cortes no programa Bolsa Família enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do coronavírus. Por unanimidade, os ministros ratificaram a liminar deferida pelo ministro Marco Aurélio em março deste ano.

A ação foi movida por oito estados do Nordeste (Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Alagoas) contra cortes no programa Bolsa Família. Segundo narram, conforme dados oficiais, foram destinados à Região Nordeste 3% dos novos benefícios e 75% às Regiões Sul e Sudeste, e seria “inexplicável a dissonância”, a sinalizar, argumentam, “inobservância de critério legal ou constitucional para a inscrição das famílias”.

Data da notícia: **05/08/2020**

Título: **STF confirma ordem para que governo atue contra a covid-19 entre indígenas**

Fonte pesquisada: Migalhas

Link da notícia: [https://www.migalhas.com.br/quentes/331661/stf-confirma-ordem-para-que-governo-atue-contr-a-covid-19-entre-indigenas?U=6249FAFF\\_8FB&utm\\_source=informativo&utm\\_medium=1231&utm\\_campaign=1231](https://www.migalhas.com.br/quentes/331661/stf-confirma-ordem-para-que-governo-atue-contr-a-covid-19-entre-indigenas?U=6249FAFF_8FB&utm_source=informativo&utm_medium=1231&utm_campaign=1231)

Nesta quarta-feira, 5, o plenário do STF referendou liminar para que o governo Federal adote diversas medidas para conter avanço da covid-19 entre indígenas.

Os ministros subscreveram a decisão do relator da ação, Luís Roberto Barroso, que deferiu diversas ações, tais como: elaboração de plano para enfrentamento e monitoramento da covid-19; criação de barreiras sanitárias no caso de indígenas em isolamento ou contato recente; acesso de todos os indígenas ao Subsistema Indígena de Saúde; planejamento com a participação das comunidades e ações para contenção de invasores em reservas.

A Apib - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil e seis partidos (PSB, PSOL, PCdoB, Rede, PT, PDT) pediam a adoção de providências no combate à epidemia da covid-19 entre a população indígena.

Na ação, a entidade e as legendas alegam que ações e omissões do Poder Público no combate à doença nessas comunidades estão causando um “verdadeiro genocídio,

podendo resultar no extermínio de etnias inteiras”. Elas apontam que a taxa de mortalidade por covid-19 entre indígenas é de 9,6%, contra 5,6% na população brasileira em geral. [...]

A problemática dos povos indígenas está intimamente ligada à questão ambiental. O ministro Lewandowski não deixou de fazer uma observação relevantíssima: "O Brasil está sofrendo gravíssimos prejuízos, inclusive econômicos, na medida em que nós estamos permitindo a devastação da última reserva florestal da humanidade, que está promovendo, de forma acelerada, o aquecimento global."

Data da notícia: **08/08/2020**

Título: **Gulumapu e Puelmapu, juntos contra o terrorismo estatal argentino e chileno**

Fonte pesquisada: Revista Instituto HumanitasUnisinos – IHU

Link da notícia: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/601679-gulumapu-e-puelmapu-juntos-contra-o-terrorismo-estatal-argentino-e-chileno>

A propósito das violentas ações racistas cometidas na noite do dia 1º de agosto, por parte de setores da ultradireita do Chile contra integrantes de comunidades mapuche, pretende-se problematizar um processo de colonização do Wallmapu por parte do Estado da Argentina e do Chile, iniciado no século XIX.

Os comuneiros estavam em um processo de tomada de diferentes municípios da Província de Malleco, como forma de pressão pela situação de 27 presos políticos mapuche, que estão em greve de fome.

Um processo colonial dos dois Estados, nomeado por meio de um discurso racista como a “Conquista do Deserto” e a “Pacificação da Araucanía”, evidencia explicitamente a concepção de inferioridade e de selvagerismo das elites políticas, militares, econômicas e religiosas a respeito do povo mapuche.

Sendo assim, esta situação pontual ocorrida nada mais é do que a herança de um processo de limpeza étnica e de terrorismo estatal. Embora possa se situar historicamente nas campanhas realizadas por parte do conquistador argentino Julio A. Roca e do conquistador chileno Cornelio Saavedra, em meados do século XIX, tem sido constante o aprofundamento daquele etnocídio e ecocídio, diretamente relacionados à expansão da produção agropecuária, petroleira, florestal, mineira, salmoneira, hidrelétrica, para sustentar economias extrativas que se dedicam principalmente à pilhagem desenfreada de bens comuns.

(...)

Soma-se a isso, o assassinato de dirigentes pela causa mapuche, nos últimos anos, com a conivência dos dois Estados, como aconteceu com Santiago Maldonado, Rafael Nahuel, Matías Catrileo, Alex Lemun, Macarena Valdés, Camilo Catrillanca, entre outras pessoas. Além disso, o assédio sistemático a Alberto Curamil, a quem, apesar de ter recebido o Prêmio Ambiental Goldman 2019, o Estado do Chile preferiu prender por se mobilizar contra o Projeto Hidrelétrico Alto Cautín.

É por todo esse cenário semelhante historicamente, por parte do Estado da Argentina e do Chile, que a luta pela autodeterminação do Wallmapu necessariamente deve ser entre Gulumapu (terra mapuche do oeste) e Puelmapu (terra mapuche do leste), só assim se poderá gerar um horizonte descolonizador. Daí que a plurinacionalidade deve ser delineada para além dos limites territoriais dos Estados, que estão pensados a partir de lógicas econômico-militares e não das comunidades e ecossistemas.

Data da notícia: **09/08/2020**

Título: **José “Pepe” Mujica: “La lucha armada no puede ser un objetivo de vida”**

Fonte pesquisada: Infobae

Link da notícia: <https://www.infobae.com/cultura/2020/08/09/jose-pepe-mujica-la-lucha-armada-no-puede-ser-un-objetivo-de-vida/?outputType=amp-type>

Em entrevista exclusiva para a Infobae, o ex-presidente do Uruguai revisa sua biografia política a partir da publicação de “Mujica por Pepe” (Planeta), o livro de conversas com Nicolás Trotta.

“Yo digo lo que pienso”, adverte José “Pepe” Mujica. E assim, nesta entrevista por vídeo conferência, disse:

“Las derechas se juntan por intereses y las izquierdas se pelean por ideas”;

“Lo peor es cuando estás rodeado de alcahuetes que no te ayudan un carajo”;

“Sacamos a bastante gente de la extrema pobreza, pero no los hicimos ciudadanos, los hicimos mejores consumidores, y esa es una falla nuestra”;

“Hacíamos discursos de la integración de América, pero lo que menos hacíamos era integrarnos”.

Data da notícia: **12/08/2020**

Título: **É melhor “morrer na luta do que morrer de fome”**

Fonte pesquisada: El País

Link da notícia: <https://www.alainet.org/pt/articulo/208408>

Margarida Maria Alves, autora da frase do título, tinha acabado de completar 50 anos, estava em casa naquele final de tarde. Era 12 de agosto de 1983: a presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande foi assassinada por um pistoleiro encapuzado.

A Marcha das Margaridas concretiza o legado de Margarida Alves como mulher rural, camponesa, sindicalista, entre tantas outras dimensões de sua vida. Em 2019, a Marcha das Margaridas reuniu mais de 100 mil mulheres rurais em Brasília e denunciou o governo genocida, ao mesmo tempo em que apontou o mundo que se deseja construir.

As lutas das mulheres rurais se organizaram e ocorreram de diferentes formas, em diferentes lugares e tempos. Não cabe aqui mapear essas organizações, mas ressaltar que sim, Margarida Alves tem papel chave nesta história.

Tornamo-nos uma força coletiva e solidária, capaz de barrar o abuso de poder daqueles que desejam manter as desigualdades sociais. Acreditamos na nossa força.<sup>10</sup>

Margarida, te imagino idosa aqui do meu lado. Idosa, mas não cansada. Tudo o que já ouvi e li sobre você passa uma imagem bem longe do cansaço. Talvez o que nos canse seja o medo, não a luta. A luta nos traz vida e talvez você seja uma das melhores expressões disso.

Neste artigo poderia falar dos conflitos agrários e dos assassinatos no campo que se perpetuam, a questão da terra, dos territórios e das desigualdades que estão longe de terminar. Poderia escrever sobre o patriarcado, sobre como as mulheres lutadoras do campo e da cidade são exemplarmente punidas. Poderia falar da luta camponesa e da volta do Brasil ao Mapa da Fome. Poderia escrever sobre como vivemos um governo que promove a necropolítica, sobre como a Previdência, os direitos trabalhistas nos foram saqueados nos últimos anos.

Nada disso pode ser naturalizado. Tudo isso tem que ser dito e tem sido dito. Nem bala, nem fome, nem Covid-19. Nos queremos vivas e vivos.

Aqui não se dará espaço aos seus algozes e às mazelas que a desigualdade e a injustiça provocam. O assassinato de Margarida Alves é o próprio luto que se transforma em luta. Sabemos quem são eles, estão aí, desenvolvendo sua política de morte. Mas aqui celebramos Margarida e sua vida vivida, interrompida, como tantas continuam sendo.

No fim desta conversa com essa Margarida que mora em mim, que recebi como semente de outras Margaridas, me vem a Marcha das Margaridas do ano passado, me vem a convicção de que sociedade desejamos. O canto das Margaridas diz tudo que é preciso ser dito, recorto aqui um trecho:

(...)

Que o querer das Margaridas se multiplique, chegue aonde ainda não chegou. Que sua história, luta, voz e coragem possam ecoar neste momento tão difícil. Que a sua morte nos lembre que a vida só vale se a vivermos por inteiro: “não fujo da luta!”.

Data da notícia: **18/08/2020**

Título: **Indigenizar a política no Chile e na América do Sul**

Fonte pesquisada: Revista Instituto HumanitasUnisinos – IHU

Link da notícia: <http://www.ihu.unisinos.br/601960-indigenizar-a-politica-no-chile-e-na-america-do-sul>

Enquanto a situação de saúde do machi Celestino Córdova segue se agravando cada vez mais, após mais de 100 dias em greve de fome junto com outros comuneiros mapuche em Wallmapu, torna-se cada vez mais evidente a necessidade de um reconhecimento constitucional dos povos indígenas.

Um não reconhecimento constitucional aos povos indígenas que deixa o Chile praticamente como o único Estado na América do Sul que, em sua carta fundamental, não faz qualquer menção à sua existência, apesar de 12,8% da população se considerar parte de um povo originário, o que não faz mais do que refletir o caráter totalmente racista de sua constituição imposta na ditadura, há 40 anos.

Uma situação muito diferente em nível constitucional de outros Estados na América do Sul, como ocorre com artigos de países como Argentina (Art. 75), Brasil (Art. 231), Peru (Art. 20), Colômbia (Art. 7), Paraguai (Art. 62) e Venezuela (Art. 126), onde existe uma menção explícita aos diferentes povos indígenas. Mais ainda nos casos de Bolívia e Equador, onde se delinea, em nível constitucional, o caráter plurinacional de seus Estados.

Daí que também não se pode esperar nada por parte do Estado do Chile em relação à implementação da Convenção 169 da OIT, que foi ratificada em 2008, mas que aos povos indígenas se dedicou, principalmente, a instalar um sistema de entrega de terra de maneira assistencialista, por meio da Corporação Nacional de Desenvolvimento Indígena (CONADI), que desde o seu nascimento, em 1993, aprofundou o nacionalismo estatal chileno e seu racismo jurídico.

(...)

Sendo assim, a situação vai muito além de um reconhecimento constitucional dos povos indígenas, de instaurar um Estado Plurinacional ou de ratificar uma convenção específica, já que enquanto o indígena continuar sendo enxergado como uma temática a mais para ser tratada, desconectada da pilhagem territorial e sem a vincular com

alguns processos de descolonização do Estado (econômico, jurídico, educacional, militar, sanitário), apenas se reproduzirá uma visão folclórica e despolitizada a esse respeito.

Em outras palavras, trata-se de entender o indígena não como uma demanda puramente identitária de certos povos, mas como uma maneira de entender e de viver a vida, apegada aos territórios, já que o extrativismo atinge diferentes tipos de comunidades, tanto rurais como urbanas.

Não por acaso, mapuche significa gente da Terra, então, reconhecer os diferentes povos é também reconhecer e dar direitos políticos a ÑukeMapu, ao sermos todas e todos parte dela.

Data da notícia: **18/08/2020**

Título: **Venezuela hoje**

Fonte pesquisada: América Latina em Movimento

Link da notícia: <https://www.alainet.org/pt/articulo/208504>

Desde a ascensão de Nicolas Maduro ao poder executivo, após a morte de Hugo Chávez, em 2013, a Venezuela enfrenta o agravamento da crise econômica e política, com hiperinflação, desvalorização da moeda frente ao dólar, desabastecimento de produtos básicos, além da acirrada polarização entre governo e oposição. Em 23 de janeiro de 2019, Juan Guaidó (Voluntad Popular – PV), um dos líderes da oposição, autoproclamou-se presidente da Venezuela – intensificando a crise no país, que agora apresenta dois presidentes, cada um reconhecido por diferentes atores internos e externos. A este cenário, somam-se as sanções e bloqueio econômico dos Estados Unidos contra a Venezuela e a trágica pandemia do Corona vírus que assola o mundo. (...)

A Venezuela, neste contexto, está agonizando diante da crise econômica e social, das sanções impostas pelos Estados Unidos que limitam a capacidade de resposta do governo e da polarização entre governo e oposição. Perante a pandemia de Covid-19 e de suas consequências econômicas e sociais, amplia-se a importância de que governo e oposição busquem o diálogo para combater a proliferação do vírus e pensar em soluções democráticas para o enfrentamento da crise que tem se agravado. A interferência auto-interessada de países como EUA, Colômbia e Brasil, não apenas não contribuem para equacionar a crise, como acirram as posições internas e dificultam qualquer saída moderada.

Data da notícia: **18/08/2020**

Título: **Bolsonaro sanciona Lei que regulamenta a profissão de historiador**

Fonte pesquisada: Café História

Link da notícia: [https://www.cafehistoria.com.br/entra-em-vigor-a-regulamentacao-da-profissao-de-historiador/amp/?\\_twitter\\_impression=true&fbclid=IwAR0AwFyxF-1pPj8i8ucHwF7DZkeNN1Nq\\_IWY\\_CiLQ\\_zOZml82VrG5Oc-QGw](https://www.cafehistoria.com.br/entra-em-vigor-a-regulamentacao-da-profissao-de-historiador/amp/?_twitter_impression=true&fbclid=IwAR0AwFyxF-1pPj8i8ucHwF7DZkeNN1Nq_IWY_CiLQ_zOZml82VrG5Oc-QGw)

O presidente Jair Bolsonaro promulgou nesta terça-feira (18) a Lei Nº 14.038, de 17 de agosto de 2020, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Historiador e dá outras providências, resultante do Projeto de Lei 4699/12, do senador Paulo Paim (PT-RS), aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. A medida foi publicada no Diário Oficial da União.

Bolsonaro vetou o PL, mas os deputados e senadores derrubaram o veto presidencial em votação conjunta na última semana, revertendo a situação. Segundo a Constituição Federal, caso o presidente se recusasse a sancionar a nova lei, o ato passaria obrigatoriamente para a presidência do Senado.

Data da notícia: **19/08/2020**

Título: **Sem aposentadoria: morte de idosos por covid-19 abala vida econômica de famílias mais pobres**

Fonte pesquisada: BBC Brasil

Link da notícia: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53786776>

Em um cenário de desemprego alto como o vivido pelo Brasil, a dependência do dinheiro dos idosos é grande. Segundo o IBGE, a taxa de desemprego atingiu 13,3% da população em junho, maior índice desde 2017.

Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que usou dados do IBGE, apontou que em 20,6% dos 71,3 milhões de domicílios do país, a renda do idoso representa mais de 50% do total dos vencimentos das famílias. Nesses locais, com renda per capita média de R\$ 1.621 por mês, vivem 30 milhões de pessoas.

Já em 12,9 milhões de casas — 18% do total de domicílios —, os ganhos dos idosos são a única fonte de renda.

Essas famílias, que têm vencimento médio mensal de R\$ 1.533 por pessoa, são totalmente dependentes dos seus parentes acima de 65 anos e formam uma massa de 23 milhões de brasileiros (18,4 milhões de idosos e 5 milhões de adultos, crianças e adolescentes). Com algumas exceções — no caso do recebimento de pensão pelo cônjuge, por exemplo —, quando algum desses idosos morre, o restante da família pode ficar sem provento algum.

Na média, domicílios em que há idosos têm renda maior do que aqueles onde não há nenhum, constatou o Ipea.

Data da notícia: **24/08/2020**

Título: **BID: Pelo cumprimento dos acordos**

Fonte pesquisada: America Latina em Movimento

Link da notícia: <https://www.alainet.org/pt/articulo/208595>

No período pós segunda guerra mundial havia uma reivindicação consensual dos países latino americanos e caribenhos que era o apoio financeiro dos países desenvolvidos, particularmente, dos EUA para o desenvolvimento da região, entre eles a proposta da Operação Pan – Americana (OPA) apresentada pelo presidente brasileiro, Juscelino Kubitschek. Este apoio sempre foi negado pelos estadunidenses sob o argumento de “Trade, NotAid” (Comércio sim, Ajuda não).

No entanto, os resultados práticos desta reiterada reivindicação dos governos da época acabaram sendo a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1948, entretanto, sem envolver ajuda financeira, aumento do orçamento do Eximbank dos EUA, embora um dinheiro caro e absolutamente insuficiente, e a “Aliança para o Progresso” de Kennedy nos anos 1960, mais semelhante a um programa de caridade anticomunista dirigido a oito países da América Latina, entre eles o Brasil.

A medida institucional mais relevante foi a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 1959 e desde seu início houve um acordo que seu presidente seria sempre um latino americano. Na próxima eleição da direção do BID, em 12 e 13 de setembro de 2020, o presidente dos EUA, Donald Trump, pretende romper esta tradição e nomear um estadunidense para o cargo sob a absurda justificativa de barrar a influência da China na América Latina e Caribe.

Trata-se da indicação do Diretor do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos para a América Latina, Mauricio Claver – Carone, um aliado seu que tem jogado pesado com Cuba e Venezuela.

Há que se reconhecer a insuficiência do BID como instrumento de fomento do desenvolvimento de nosso continente e as inaceitáveis condicionalidades frequentemente impostas aos seus empréstimos. No entanto, é uma instituição que pode ser reformada e se tornar de muita utilidade, particularmente, no contexto da Covid- 19 quando nossos países latino americanos e caribenhos necessitarão de recursos para recuperar suas economias abaladas pela pandemia.

Diante disso, o que Trump defende com apoio de seu aliado Jair Bolsonaro é um verdadeiro assalto imperialista para cumprir diretrizes políticas unilaterais sobre uma

instituição que, apesar de suas deficiências, possui 50% de suas quotas controladas pelos governos latino americanos e caribenhos. O fato de o governo estadunidense possuir a maior quota individual de 30%, não lhe dá esse direito. Além destas quotas, há 16% controlados por países europeus e o Japão externos ao continente e 4% controlados pelo Canadá.

Data da notícia: **24/08/2020**

Título: **Crianças e jovens brasileiros, vítimas invisíveis das desigualdades no acesso a saneamento**

Fonte pesquisada: El País

Link da notícia: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-23/criancas-e-jovens-brasileiros-vitimas-invisiveis-das-desigualdades-no-acesso-a-saneamento.html>

Um novo estudo do UNICEF, Banco Mundial e Instituto Internacional de Águas de Estocolmo (SIWI) mostra que crianças e adolescentes estão entre as vítimas invisíveis da falta de investimentos em saneamento no país. Para os estudantes de escolas públicas, a situação é mais alarmante, já que as instituições privadas contam com mais do dobro da cobertura desses serviços.

E, no Norte do país, as disparidades são ainda maiores. Apenas 19% das escolas públicas do Amazonas têm acesso ao abastecimento de água, ao passo que a média nacional é de 68%. Em relação ao esgotamento sanitário, a situação é crítica: no Acre, por exemplo, apenas 9% das escolas públicas têm acesso à rede pública de esgoto; em Rondônia, 6%; no Amapá, só 5%.

Também no grupo dos principais prejudicados pela falta de saneamento estão os povos indígenas, bem como os moradores das favelas – onde as mulheres são maioria – e das zonas rurais. Para eles, é difícil seguir uma das recomendações mais básicas contra a propagação da covid-19 e outras doenças: lavar bem as mãos com água e sabão.

Data da notícia: **24/08/2020**

Título: **A solução para a crise ambiental é um negócio**

Fonte pesquisada: El País

Link da notícia: <https://brasil.elpais.com/economia/2020-08-24/a-solucao-e-o-negocio.html>

A reportagem mostra exemplos do que, na opinião dos especialistas do BID (que investe nesse tipo de empreendimento), pode e deve ser feito para o desenvolvimento da América Latina e do Caribe.

“Se os países da região priorizarem essa questão, com os recursos humanos existentes, poderiam criar 3.000 empreendimentos de base científica e tecnológica”, enfatiza o especialista. Mas nenhuma dessas recomendações será proveitosa, ele reconhece, sem o fundamento essencial: o ensino superior. Embora o número de pessoas entre 18 e 24 anos de idade que frequentam uma instituição de ensino superior tenham aumentado de 21% em 2000 para 43% em 2013, segundo um estudo de 2017, a metade não consegue terminar seus estudos. Uma tarefa parcialmente pendente. “E devemos garantir que mais e mais crianças se dediquem à ciência e ao empreendedorismo, com vocação científica”, acrescenta o especialista do BID.

Data da notícia: **26/08/2020**

Título: **Gobierno estima déficit de 6,5% este año y llegar a 2,5% al final del período**

Fonte pesquisada: La Diaria

Link da notícia: <https://ladiaria.com.uy/economia/articulo/2020/8/gobierno-estima-deficit-de-65-este-ano-y-llegar-a-25-al-final-del-periodo/>

A economia de US \$ 900 milhões comprometida com a campanha foi adiada para 2021.

Esta tarde, o presidente LuisLacallePou, juntamente com a ministra da Economia e Finanças (MEF), AzucenaArbeleche, e o diretor da Secretaria de Planejamento e Orçamento (OPP), Isaac Alfie, deram entrevista coletiva em que deu projeções sobre a economia para os próximos anos e avançou algumas rubricas do orçamento nacional que serão apresentadas ao Parlamento na segunda-feira.

“É um orçamento equilibrado, austero, realista, de acordo com o plano” que foi traçado entre os sócios da coligação no documento “Compromisso com o país”, disse o presidente.

Data da notícia: **26/08/2020**

Título: **Alicia Bárcena, secretaria general de CEPAL, dijo que el organismo no se retractará**

Fonte pesquisada: La Diaria

Link da notícia: <https://ladiaria.com.uy/politica/articulo/2020/8/alicia-barcena-secretaria-general-de-cepal-dijo-que-el-organismo-no-se-retractara/>

"Não vamos corrigir os números" porque "eles são o que são", disse ele.

Na apresentação do relatório sobre a universalização do acesso às tecnologias digitais para enfrentar os impactos do covid-19, a secretária-geral da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Alicia Bárcena, referiu-se às críticas do O presidente LuisLacallePou ao estudo da organização que indica que o Uruguai é o terceiro país da região que menos investiu percentual do produto interno bruto (PIB) para aliviar o impacto econômico da pandemia.

Diante de uma pergunta do jornal e do El Observador ,Bárcena disse que "os números se baseiam em dados oficiais" e que manteve uma conversa "muito cordial" com o chanceler Francisco Bustillo. Bárcena destacou que os números do relatório são derivados de dados oficiais, "mas o que se deve dizer, além dos números, é que o fato de o Uruguai parecer investir menos também não é má notícia", e destacou que "calibrar "quais são os desafios que cada país enfrenta no contexto da crise provocada pela pandemia.

"Os países implementaram uma série de medidas", disse ele, citando, por exemplo, o fortalecimento dos sistemas de saúde, das famílias mais vulneráveis e da liquidez para as empresas. "O que temos a dizer é que, no caso do Uruguai, estamos falando de um país que tem uma história de acesso à saúde" e um dos regimes de previdência mais avançados da região. "Este é um assunto que o relatório aborda, talvez não com profundidade suficiente e, nesse sentido, o republicamos, mas não os números: os números são o que são".

Ele reconheceu que Uruguai, Cuba e Costa Rica são os países que têm regimes de bem-estar avançados e, portanto, têm fortalezas institucionais históricas. Além disso, são os países com as menores taxas de pobreza. Por outro lado, no caso uruguaio, sobressaíram a conformação do grupo consultivo de cientistas, as fortalezas do sistema de proteção, a cobertura universal de saúde e o gasto corrente total em saúde superior ao de praticamente todos os países da região. "Temos que pesar todas essas informações e sim interpretar bem [...]. Agora, temos que fazer mais esforços, é claro, estamos enfrentando uma das piores crises ", disse. "O Uruguai tem um sistema de saúde e proteção social, o que não é negativo, não investe como outros países com lacunas maiores devem fazer", e destacou as políticas de abono de família ou Cartão Social Uruguai, que cobre quase 81.000 famílias. "Também divulgamos essa informação", disse ele.

"Acho importante situar esses números no contexto histórico-institucional do Uruguai", disse ele e concluiu: "Quero dizer ao presidente que baseamos nossos números em

números oficiais. Não vamos corrigir os números. O que temos é uma interpretação muito mais ampla do que os dados concretos podem refletir”. Nesta terça-feira, durante a cerimônia de entrega da Declaração de Independência, LacallePou questionou o relatório da CEPAL. Disse que está "errado" e que não é verdade que o Uruguai investiu 0,7% do PIB para mitigar os efeitos sociais e econômicos da pandemia. Para LacallePou, o relatório foi "mal analisado" e "mal estudado"; por esse motivo, encarregou Bustillo de falar com Bárcena para solicitar à CEPAL que retifique o que afirma no documento.

A nova resposta do governo

Após as declarações de Bárcena, LacallePou referiu-se ao assunto em conferência de imprensa. Segundo ele, o governo projeta um investimento de 768 milhões de dólares neste ano, o que representa 1,6% do PIB, o que difere dos 0,7% apontados pela agência. Destacou medidas do Ministério do Desenvolvimento Social, medidas relativas ao seguro-desemprego, com compras, entre outras, que somam esse valor, sem contar as contribuições do Sistema Nacional de Garantias para a linha Siga Pyme, o que equivale à possibilidade de empréstimos garantidos de US \$ 2,5 bilhões.

“Nossa intenção não é discutir com uma organização internacional, não nos parece lógico, simplesmente que esses são os números que temos, pelo que li no relatório fala-se de uma cifra de 400 milhões de dólares naquela época, que é o que que havia sido planejado para ser gasto. Eu insisto em discutir números. São os nossos, os do governo, são verdadeiros e tangíveis, para todo o ano de 2020”, disse LacallePou.

Já o diretor da Secretaria de Planejamento e Orçamento, Isaac Alfie, disse que é preciso “medir as coisas pelos resultados”. “Os recursos envolvidos são importantes desde que os resultados sejam bons. O resultado do Uruguai, ao observar a queda do nível de atividade, está entre um terço e um quarto da queda do nível de atividade em outros países. Portanto, se se tem a queda do nível de renda de um terço de outros países, é necessariamente lógico que eles destinem menos dinheiro a determinadas circunstâncias”, explicou.

Data da notícia: **26/08/2020**

Título: **Médicos de Perúparanen reclamo de mejores condiciones para enfrentar elcoronavirus**

Fonte pesquisada: La Diaria

Link da notícia: <https://ladiaria.com.uy/politica/articulo/2020/8/medicos-de-peru-paran-en-reclamo-de-mejores-condiciones-para-enfrentar-el-coronavirus/>

Os médicos peruanos iniciaram uma greve de 48 horas na quarta-feira. Denunciam que o sistema de saúde de seu país acumula uma deterioração que está afetando a resposta à pandemia covid-19 e que trabalham sem a proteção necessária para enfrentá-la.

Desde que o coronavírus chegou ao Peru, os casos detectados ultrapassaram os 600 mil, o que coloca o país em sexto lugar no mundo em número de infecções. Além disso, 25.000 mortes foram atribuídas ao covid-19. Com 30 milhões de habitantes, o Peru é o segundo país - e o primeiro da América - em número de mortes em relação à sua população.

Segundo informações da RTVE com base em dados da Universidade John Hopkins e do Banco Mundial, apenas a Bélgica a supera, em alguns décimos, e os dois países têm cerca de 87 mortes por 100 mil habitantes. O próximo da lista é o Reino Unido, com 62 mortes por 100 mil habitantes, e na América, o segundo lugar é ocupado pelo Chile, com 58.

Segundo a imprensa peruana, médicos e enfermeiras participaram de diversas mobilizações nesta quarta-feira, convocadas pela Federação Médica, uma das quais afirma ter equipamentos de proteção individual. A presidente do Corpo Médico da Rede de Saúde TúpacAmaru, MaríaKatya La Torre, disse a Programas de Rádio do Peru que "em geral não possuem equipamentos de proteção individual", que os que possuem parecem "uma teia de aranha" porque "tudo se quebra", e que as máscaras disponíveis "não são certificadas".

Uma das mobilizações foi para a sede do Ministério da Saúde, onde os médicos exigiram que a ministra Pilar Mazzetti aumentasse o orçamento do setor, que hoje equivale a 2,2% do produto interno bruto, e que atenda às suas reivindicações trabalhistas.

Os médicos mobilizados pedem que o governo liderado pelo presidente Martín Vizcarra lhes pague as gratificações que prometeu a quem trabalha diretamente com pessoas infectadas com Covid-19 e que regularize os trabalhadores terceirizados. "O presidente nos chama de 'heróis', ele nos chama com muitos adjetivos positivos. Porém, quando estava nas suas mãos nomear trabalhadores que esperam 13 anos, com sete anos de contrato de serviço administrativo, para lhes dar estabilidade no emprego, ele negou", disse o presidente da Federação Médica, Godofredo, à agência de notícias Efe. Talavera.

No início, o ministro censurou os médicos: "Nossa população precisa do sistema de saúde e o vírus não faz greve, não se levanta nem marcha". Mazzetti acrescentou: "Acho lamentável que, em uma situação de pandemia, estejamos pensando em paralisações, quando nossa população precisa de nós". No entanto, os médicos

afirmaram que participariam dos protestos em seu horário livre para não prejudicar o atendimento aos pacientes que deles necessitassem.

Segundo Talavera, a falta de pessoal e insumos em geral está afetando o atendimento. O presidente da Federação Médica disse que quando a doença chegou ao país o sistema de saúde tinha cerca de 100 ventiladores mecânicos. O médico descreveu esse número como "uma vergonha" e lembrou que naquela época o Chile tinha 8.000 e o Equador 3.700. Com a disseminação do vírus, o número de ventiladores aumentou, mas continua bem abaixo dos países vizinhos, já que agora são apenas 2.000.

Talavera disse ainda que a falta de investimento e de pessoal na saúde é um mal que se arrasta há décadas, e defendem que atualmente são necessários 16.000 médicos especialistas e mais 8.000 médicos gerais, em particular para cumprir tarefas em alguns departamentos do país onde as deficiências são maiores. A diferença de atendimento entre os diversos departamentos peruanos é um dos problemas que os médicos listam, algo que o ministro da Saúde até reconheceu.

Embora Mazzetti diga que há oxigênio suficiente no país para tratar pacientes com dificuldades respiratórias, ele admitiu que nem sempre está disponível onde é necessário.

Data da notícia: **27/08/2020**

Título: **Nove milhões de brasileiros deixaram de comer por falta de dinheiro durante a pandemia**

Fonte pesquisada: Revista Instituto HumanitasUnisinos – IHU

Link da notícia: <http://www.ihu.unisinos.br/602274-nove-milhoes-de-brasileiros-deixaram-de-comer-por-falta-de-dinheiro-durante-a-pandemia>

A pandemia do novo coronavírus afetou a qualidade e a quantidade de comida que as crianças e adolescentes brasileiros estão consumindo. Além disso, em diversos outros aspectos, os lares onde eles vivem foram mais afetados pela crise econômica e social que se instalou após a chegada do vírus no Brasil. É o que concluiu pesquisa do Ibope e Unicef realizada com adultos que vivem com adolescentes e crianças entre 4 e 17 anos.

De acordo com o levantamento, 21% dos entrevistados afirmaram que vivenciaram momentos em que os alimentos acabaram e não havia dinheiro para comprar mais. Entre os que vivem com crianças e adolescentes em casa, esse percentual foi de 27%. Sem ter a quem recorrer, como programas de distribuição de alimentos, 6% disseram que a única saída foi deixar de comer, o que representa cerca de nove

milhões de brasileiros deixando de realizar alguma refeição por falta de dinheiro. Nos lares com crianças e adolescentes, esse percentual sobe para 8%.

O estudo ainda mostra que a comida, quando tem, é de pior qualidade em muitos casos. Quase metade (49%) dos brasileiros sofreu alguma mudança nos hábitos alimentares neste período de quarentena. Entre as famílias que vivem com crianças ou adolescentes o impacto foi ainda maior: 58%. Isso inclui o aumento do consumo de alimentos industrializados, refrigerantes e fast food, o que contribuiu para a evolução de uma outra epidemia, explica Cristina Albuquerque, chefe de saúde do Unicef Brasil. “A covid-19 pode trazer um agravamento da epidemia da obesidade entre crianças, adolescentes e nas famílias”, afirmou.

A mesa vazia é reflexo direto da crise econômica que abalou principalmente as famílias mais pobres durante a pandemia. Mais da metade dos entrevistados (55%) disse que o rendimento caiu desde o início da pandemia. Em muitos casos, a redução se deu por causa das demissões, já que 64% afirmaram que estavam trabalhando antes da chegada do coronavírus ao Brasil, mas, no momento da pesquisa, realizada em julho, este percentual havia caído para 50%. Já os lares com crianças e adolescentes foram especialmente afetados também neste campo: nessas casas, 63% afirmaram que o rendimento caiu. Em 25% desses lares, a renda diminuiu pela metade. Já nas casas sem crianças, a mesma redução foi observada por 14%.

Data da notícia: **27/08/2020**

Título: **O capitão pugilista esmurra nosso futuro**

Fonte pesquisada: America Latina em Movimento

Link da notícia: <https://www.alainet.org/pt/articulo/208655>

Quando todo o mundo, espicaçado de último pela pandemia, se volta mais e mais para investimentos em ensino e pesquisa de qualidade, o governo que nos malsina, após desestruturar o sistema nacional de ciência e tecnologia, dedica-se, de corpo e alma, com eficiência não revelada em outras áreas, à desmontagem do ministério da educação, concluindo a obra de vandalismo do ex-ministro homiziado em uma sinecura no Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O gap tecnológico, que tanto nos distancia do mundo capitalista desenvolvido, breve será observado vis a vis outros países emergentes, como já nos separou, em poucas décadas, de países como a Coreia do Sul e a Índia, para não falar da China, que no início dos anos 1950, saindo de uma longa guerra civil e de uma sequência de invasões estrangeiras, era um país paupérrimo, de economia agrária, devastada, dependente científica e tecnologicamente. Hoje é essa admirável potência que

desperta tanta admiração. Naquela altura a China era um projeto de execução temerária, enquanto nós já posávamos como país urbano, em processo de industrialização. E, ao contrário da China, da Coreia (devastada por uma guerra que a decepcionou) e da Índia, mal saída das lutas pela independência e dividida por um número incontável de línguas, seitas, religiões e castas, o Brasil orgulhava-se de sua integridade territorial incontestada, de sua unidade linguística e cultural, e da imensidão do território, cheio de riquezas, todo útil, todo agriculturável o ano inteiro, ao contrário do que ocorre com a China, com suas montanhas, seu gelo, seus desertos.

Todas as atuais potências militares e industriais, militares por força de seu desenvolvimento industrial autônomo, são, antes, potências nos campos da ciência e da tecnologia, e emergiram após décadas de investimento massivo, maciço e sistemático em educação. Vítima de sua classe dominante, alienada e forânea, antinacional e anti-povo, o Brasil, porém, se destaca, no século do conhecimento, da ciência e da tecnologia, da robótica e da informática, da quarta revolução industrial, por destruir as bases daquele desenvolvimento que cimentou o progresso da humanidade até aqui: a educação, notadamente a educação pública, gratuita e de qualidade. Lamentavelmente, há uma lógica nesta aparente loucura, porque essa educação contraria os interesses da casa-grande, pois, se cria riqueza, promove o ser humano, dá-lhe consciência de seu papel histórico. Uma coletividade de cidadãos jamais aceitaria os termos abjetos da desigualdade social que impede que sejamos uma nação, o que, em outras palavras significaria o confronto com a classe dominante.

Nosso atraso, pois, é fruto de engenho e arte dos procuradores da casa-grande. Porque, como denunciava Darcy Ribeiro, “A crise da educação no Brasil não é uma crise; é um projeto”. Hoje, mais do que nunca.